

UNIÃO AFRICANA (U.A): DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INTEGRAÇÃO

African Union (A.U): Challenges and Integration Opportunities

*Jacqueline A. H Haffner¹
Genivone Etmy Sequeira Viana²*

Introdução

Não se pode ignorar que, a partir do fim da Guerra Fria, ocorreram profundas transformações no cenário mundial. Conjuntamente com estas transformações, ocorre também a busca por novas estratégias de inserção internacional e, em última instância, mudanças no padrão de atuação internacional dos Estados.

Neste novo cenário que se delineia, a proliferação de vários blocos econômicos nos dá uma dimensão do importante papel que a integração regional passa a ocupar, mediante a necessidade de construir com rapidez novas estratégias para sobreviver à guerra econômica.

Para o continente africano em particular, a integração regional apresenta-se como uma alternativa possível à sua posição marginal mediante o processo de globalização. Assim sendo, a criação da União Africana demonstra uma preocupação das elites locais na busca por novos caminhos, com vistas a superar os desafios do desenvolvimento do continente negro.

¹ Professora da Faculdade de Economia e Relações Internacionais (DERI) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: jacqueline_haffner@hotmail.com

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: geniviana@live.com.pt

Ademais, a cooperação entre os países africanos apresenta-se como elemento chave, capaz de transformar situações e condições semelhantes, ainda que por vezes negativas, em oportunidades de cooperação e benefício mútuo. Neste sentido, nossa análise sobre a União Africana é particularmente interessante e de suma importância se levarmos em consideração que sobre esta entidade recai a responsabilidade de adotar medidas e definir prioridades corretas para a execução de seus projetos nacionais em nível continental e global.

Entretanto, vale ressaltar que não obstante a importância assumida pela integração, não podemos concluir a priori que esta seja por si só capaz de resolver as variadas questões ligadas ao desenvolvimento, bem como a das demais vulnerabilidades sociais e institucionais – as quais se inserem em outro âmbito que não o da integração, como é o caso de grande parte dos países dessa região.

Vale salientar que, para conseguir o desenvolvimento, faz-se necessário um ambiente favorável, e que a estabilidade política do continente é fundamental para que se consigam avanços significativos no processo de integração.

A União Africana

A criação da União Africana no lugar da Organização da Unidade Africana é considerada uma ruptura importante nas relações externas dos países do continente, na medida em que a instituição da nova organização se traduz na esperança das elites locais de modificar as estruturas existentes.

A ideia da criação da UA inspira-se na ideologia do pan-africanismo. Segundo Visentini, sua fundação se insere no contexto da necessidade de uma organização capaz de fazer frente aos desafios potencializados pela situação gerada pelo encerramento do conflito bipolar (VISENTINI, 2010).

Nas palavras de Fernandes (2011), dada a entrada do novo milênio, ante o processo de globalização, e a posição adversa da África no comércio internacional, os objetivos da Organização da Unidade Africana se mostravam insuficientes para conduzir o desenvolvimento do continente. Tendo em vista este novo contexto, uma nova organização se fazia necessária. A União Africana vinha sendo preconizada desde

a época de Kwame Nkrumah, ou seja, no pan-africanismo. Essas ideias teriam sido retomadas na 35ª sessão de Conferência Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada de 12 a 14 de julho de 1999, em Argel. Atentos na promoção de um maior fortalecimento da OUA, na globalização e no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, os líderes africanos se reuniram, entre 8 e 9 de setembro de 1999, em Sirte, na Líbia onde optaram pela substituição da OUA.

Esta conferência culminou com a “Declaração de Sirte”, documento que estabeleceu a proclamação da União Africana, chamando para esta entidade a responsabilidade de gerir os assuntos do continente. Entretanto, a Ata Constitutiva foi adotada na Cúpula de Lomé, em 2000, entrando em vigor em 2001, em Lusaka. Mas seu lançamento oficial somente se daria em Durban (África do Sul), a 9 de julho de 2002.

Para Badir (2008), a criação da União Africana é de suma importância, pois, pela primeira vez, uma organização africana inspira confiança e gera grandes expectativas e esperanças no sentido de dar uma maior visibilidade no cenário social, político e econômico mundial propriamente como um bloco.

Já Muniz Ferreira acrescenta que esta criação surge num contexto diferente. Trata-se de uma nova fase, caracterizada pela eliminação dos últimos resquícios da colonização no continente, do regime racista da África do Sul em 1994, da pacificação de sociedades dilaceradas por guerras civis (a exemplo de Angola e Moçambique), dos avanços na democracia e da emergência de novas lideranças regionais, como os dirigentes sul-africanos.

Ante este novo contexto, a organização teria sido criada com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora OUA e recolocar a África no novo cenário que se vislumbrava. Com sede em Abis Abeba (Etiópia), compõem a UA todos os Estados africanos, à exceção do Marrocos. Com a admissão da República Árabe Saarauí Democrática (não reconhecida pela ONU), a organização totaliza 53 membros.

Do ponto de vista institucional, a estrutura da organização difere fundamentalmente da extinta OUA. A nova composição, como observada por analistas, parece assemelhar-se ao modelo de estrutura e formatação da atual União Europeia e surpreende pela sua complexidade e gigantismo.

Com todo o aparato institucional implementado, cabe à União Africana desempenhar um papel de liderança no continente no que diz respeito, sobretudo, à harmonização e racionalização de políticas e programas de intercâmbio de experiências, de fortalecimento e capacidades institucionais. Assim sendo, a Comissão da UA foca especialmente, na paz e segurança, desenvolvimento social, questões ligadas à igualdade de gênero e água (FERNANDES, 2011).

Entretanto, em nível institucional, a União Africana encerra uma série de dúvidas quanto ao seu real significado. Neste aspecto, Ribeiro (2007) destaca que o processo de transição da OUA para UA coloca em discussão a viabilidade da instituição, se levarmos em consideração que esta não deixa claro quais suas diferenças e objetivos em comparação com sua antecessora.

Institucionalmente falando, o professor Dopcke (2002) levanta o fato da Comissão, do Parlamento Pan-Africano, do Conselho Econômico, Social e Cultural, do Tribunal de Justiça, bem como das instituições financeiras, instrumentos que representam o cerne institucional da União, permanecerem ainda com funções e poderes não claramente definidos.

Outro fato importante a se destacar é a falta de pagamento por parte dos Estados-membros, o que afeta sobremaneira o bom funcionamento da organização. O parlamento procura alternativas ao corte das contribuições ao seu orçamento por alguns Estados africanos em conflito, especialmente a Líbia, que era um dos maiores doadores da organização.

Segundo Francisca Domingos, “o conflito que culminou com a queda do presidente Muammar Kadhafi em 2011 resultou na cessação dos apoios ao órgão e provocou um déficit no orçamento”. Não se pode afirmar ao certo o montante que o país disponibilizava para o orçamento do Parlamento Pan-Africano, mas a fama deste ser o maior contribuinte nos dá uma dimensão do problema pelo qual está passando. Sabe-se que, além da Líbia, seis outros países não mencionados não estão canalizando suas cotas para a União Africana, devido à instabilidade por que passam, situação que afeta as atividades do Parlamento e, em última instância, a própria União Africana.

Considerando a atual conjuntura, a maioria das avaliações acerca da UA destaca o caráter não realista e até mesmo “megalomaniaco” da nova criação, apontando-se, assim, para a existência de uma enorme brecha entre o desenho e aquilo que de fato é considerado possível realizar. Destaca-se aí, passados quarenta anos da independência, a impossibilidade da mesma superar, num sentido profundo, a divisão do espaço político, social e econômico, criada pela inserção dependente do continente no sistema internacional.

Na opinião do professor Docpke, é evidente que o novo desenho da União Africana, as ideias de uma união econômica, de um parlamento africano ou de um exército africano não correspondem em absoluto à capacidade atual do continente, e, portanto, não têm chance de realizações concretas no curto prazo.

Munis Ferreira (2008) compreende esta intenção como um esforço ambicioso, levado a cabo por uma ampla coalizão de governos no intuito de fazer frente a uma gama de problemas enfrentados pelo continente. Mas entende que, mediante o fenômeno da globalização – um mundo cada vez mais assimétrico, excludente e inseguro, onde a promoção de grandes blocos econômicos tem sido uma realidade constante –, parece não haver alternativa para as nações africanas, a não ser investir fortemente em tal proposta, fortalecendo sua posição negociadora e estimulando intercâmbios econômicos.

Observa-se a presença de muitos obstáculos no mercado africano em particular, e no mercado financeiro em geral. Deveras, alguns aspectos podem ser salientados: condições macroeconômicas desfavoráveis (inflação alta e instável, déficit fiscal, dívida pública, etc.), volume restrito de demanda e fornecimento de produtos financeiros, fraco volume de transações, taxas elevadas impostas às operações financeiras, infraestrutura inadequada, limitada cultura financeira, governança econômica pobre etc. (UNIÃO AFRICANA, 2008).

Observando estes desafios, Ferreira (2008) acrescenta a acentuada subalternidade econômica dos países africanos no comércio mundial, salientando aqui a perda de relevância de suas importações e a subvalorização dos produtos exportados pelos países industrializados no comércio bilateral, aumentando ainda mais o abismo

que separa as precárias economias do continente das indústrias *high tech* do mundo desenvolvido.

Ferreira aponta como desafio a questão da reestruturação produtiva, que demanda o uso crescente de tecnologia. Tal conjuntura exige grandes investimentos em pesquisa, elevando, desse modo, os custos da produção e uma necessidade cada vez maior de ampliação sistemática dos investimentos. Desta maneira, os países africanos, já excluídos do centro dinâmico da economia mundial em função do monopólio tecnológico dos países desenvolvidos, se veem também excluídos dos créditos e financiamento, e se veem com dívidas a pagar.

Estas adversidades têm sido dramáticas para o continente africano. De acordo com dados do Caderno do Terceiro Mundo, a participação do continente na economia global é atualmente, inferior a 2%. O volume da sua interação a nível comercial com o resto do mundo declinou no decorrer da década de 1990-2000. A dívida externa, por sua vez, atinge 315 bilhões de dólares, superando o triplo de sua receita anual de exportações. A renda per capita africana caiu 20% desde 1980, particularmente na África subsaariana. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no continente corresponde a menos de 5% do total obtido pelo terceiro mundo.

Ainda neste contexto, Palhares (2004) acrescenta que, além do fraco IDE recebido, os países pobres transferem mais recursos do que recebem dos países desenvolvidos e das organizações multilaterais, razões que o mesmo aponta como agravantes da piora das condições socioeconômicas da África, conjuntamente com o peso da dívida, que faz desviar importantes verbas dos setores da educação, saúde e serviços públicos. Para o autor, o problema não se resolve com o simples reescalonamento da dívida, mas sim com a anulação desta, já que especialmente na África Subsaariana o peso da dívida tem se tornado um dos principais obstáculos ao desenvolvimento.

Alguns autores como Collier, Gunning e Chang, que objetivam uma análise profunda dos países africanos, buscando entender o fraco desempenho econômico apesar das reformas levados a cabo no quadro das Políticas de Ajuste Estrutural (os PAE), justificam o fechamento da economia internacional da África, apresentado razões

tanto de ordem direta quanto de ordem indireta. Para estes autores, as diretas estariam ligadas ao excessivo controle sobre o comércio externo na forma de cotas e barreiras não tarifárias, altas tarifas aduaneiras e de imposto de exportação. Enquanto isso, as indiretas estariam associadas às políticas de câmbio desfavoráveis e restrições a atividades de exportação.

Seguindo esta linha de raciocínio, o Fundo das Nações Unidas para África (UNECA, 2006), conforme citado por Fernandes (2011), traz alguns elementos que também podemos considerar como inibidores da integração africana: a pobreza; as limitadas capacidades; um financiamento insuficiente; a adesão a múltiplos blocos regionais e a interrupção dos mandatos; economias pouco complementares; poucos centros de coordenação; antagonismo de liderança entre os países mais poderosos em vários setores; e a ausência de grupos de interesse nacional, tanto empresas quanto a sociedade civil, na integração regional.

Mshomba (2000) ainda considera que alguns dos desafios que se apresentam na questão da integração são de fato, a elevada dependência face aos países doadores, assim como, o domínio de países estrangeiros em termos de permissão de acesso a mercados, bem como, as constantes instabilidades políticas.

Não obstante os desafios, não é correto ignorar o esforço da União Africana na busca por melhores condições. Dados apontam para um melhor desempenho econômico no início do novo milênio praticamente em todos os países do continente. Embora fique claro que a pobreza não esteja erradicada, a percentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza baixou de 47% em 1999 para 41% em 2004, devido à melhora no desenvolvimento econômico, estimada em cerca de 5% em 2000 (UNIÃO AFRICANA, 2008).

Ainda de acordo com a mesma fonte, mesmo que esse crescimento não se tenha dado de forma equitativa pelo continente e esteja longe daquilo que realmente se almejava (um crescimento em torno de 7 a 8%) suscetível de sustentar um alívio no nível de pobreza na África, um número cada vez maior de países está entrando no caminho do crescimento. Consequentemente, em 2007, apenas 10% dos países do

continente atingiram uma taxa de negativa de crescimento do PIB (UNIÃO AFRICANA 2008).

No que diz respeito à inflação, o continente conseguiu esforços significativos. A média da inflação baixou para 10% no período de 2004-2007, sendo superior aos 5 a 7% obtidos na América Latina. O número de países com taxa de inflação inferior a 10% passou de 40% durante o período 1998-2001 para 43% durante o período de 2002-2005. Por sua vez, os reembolsos antecipados a países produtores de petróleo e a anulação da dívida dos países pobres altamente endividados contribuíram significativamente para a redução da dívida externa, baixando de 110,6% do PIB em 2005 para 7,7% em 2007. A balança comercial melhorou globalmente na África, sob o impulso do superávit comercial dos países também produtores de petróleo (UNIÃO AFRICANA, 2008).

Ainda de acordo com esta fonte, o capital oriundo da África e o investimento no estrangeiro no setor imobiliário ou financeiro, se traduz em uma perda significativa em termos de poupanças e investimentos. Prejuízos apontam para entre 2,6% e 7% do PIB, nestes dois itens, montantes que variam entre 3 e 13 bilhões de dólares por ano de perda na África Subsaariana, fundamentalmente (Relatório Econômico da Comunidade Econômica Africana- CEA, 2006).

Quaisquer que tenham sido os dados, as dificuldades e melhorias até aqui apresentados, é indiscutível que o continente tenha o potencial necessário para promover um crescimento mais acelerado. Ribeiro (2007) observa que, para que isso venha a acontecer, é fundamental que se façam reformas políticas que garantam a paz e assegurem a estabilidade necessária aos investimentos.

Neste contexto, a União Africana surge como um instrumento fundamental e é sob esta ótica que deverá ser analisada: como um instrumento capaz de buscar e assegurar as condições necessárias à promoção da paz e do desenvolvimento africano. Obviamente, os objetivos da UA não são pequenos, bem como os desafios que ela terá de enfrentar. Para não cometer os mesmos erros que sua antecessora, a UA deverá, segundo Espada (2009), pautar-se por uma atuação mais firme e coerente.

Pela diversidade de identidades culturais presentes no continente, a atuação da União Africana pode ser considerada muito complexa, especialmente para a construção

de uma entidade supranacional. Essa tarefa é difícil, porém não impossível. Portanto, a União Africana ainda tem um longo caminho a percorrer na busca por seu espaço no mundo globalizado.

A Procura Por Novas Oportunidades

As avaliações a respeito do desenvolvimento e do progresso da União Africana são passíveis de várias considerações. Neste sentido, verifica-se que muitos têm uma visão cética, até mesmo pessimista, quanto a um futuro melhor para o continente africano, sobretudo a curto e médio prazo, e conseqüentemente, para a União Africana, já que dela fazem parte quase a totalidade dos países do continente. Entendendo estas dificuldades, a seguir serão analisadas as reais oportunidades e as melhoras que a União Africana poderá proporcionar aos seus Estados-membros, em questões ligadas à paz e segurança, democracia, comércio e desenvolvimento, e de que forma estas variáveis afetam a integração econômica do continente.

Paz e segurança

Pode-se afirmar que a questão da segurança regional, mediante a ampliação de mecanismos, estratégias e políticas para assegurar e manter na paz no continente, se traduz numa das propostas e motivação da criação da União Africana.

O tema da paz e segurança tem sido uma preocupação constante da comunidade internacional. Oliveira (2007), afirma que a paz é uma das grandes preocupações deste século, constituindo, dessa forma, uma questão de interesse da opinião pública em geral, de políticos, de instituições nacionais e, em particular, internacionais.

Obviamente, a União Africana está atenta a este fato, já que parte da premissa de que a paz é um pré-requisito importante para os objetivos finais que qualquer país queira almejar. (UNIÃO AFRICANA, 2008). Especialmente, a partir dos anos 1990, onde se assiste nas palavras de Diallo (2011) um incremento dos conflitos associados ao fim da Guerra Fria.

Neste aspecto, Visentini (2007) coloca que, até o final da Guerra Fria, havia interesse político-estratégico envolvendo o continente, algo que de certa forma

mantinha viva a importância da região. No entanto, o fim da bipolaridade e do conflito Leste-Oeste, agravados pelo desaparecimento da URSS no fim de 1991, fizeram com que o continente perdesse sua importância estratégica e de barganha, e, em última análise, de sua própria importância econômica.

Se anteriormente a União Africana estava mais preocupada com os problemas ligados a questões econômicas ou de desenvolvimento, a partir de então, o grande desafio passou a ser o que era então securitário. A questão da segurança ampliou esse leque de prioridades e a ocupar o centro das atenções da entidade em análise. De igual modo, se antes da Guerra Fria a maioria dos conflitos eram entre os Estados, após a queda do Muro de Berlim os conflitos se tornaram intraestatais. Dentro desta perspectiva, Diallo (2011) salienta que, no que se refere à África, esses conflitos são conhecidos por serem étnicos ou tribais, e travados dentro dos Estados. Suas consequências são ainda maiores no plano sociopolítico, cultural e, sobretudo econômico, pois além de destruírem as poucas infraestruturas existentes, impedem, de igual modo, o desempenho de atividades econômicas nas áreas afetadas.

Não podemos desprezar a influência do legado deixado pela colonização europeia nessa dinâmica aqui apresentada. Embora os especialistas insistam sobre a heterogeneidade e a complexidade das causas desses conflitos, em suas abordagens raramente sobressai a reflexão política. Por certo, Porteous (2003) enfatiza que o fato de a política externa africana do ocidente privilegiar o desenvolvimento e a questão humanitária dos conflitos, a mesma tende a ocultar as dimensões políticas e, portanto, obscurecer o fato fundamental de que estes conflitos, na verdade, são somente uma parte do produto resultante do processo da evolução política indispensável à formação do Estado.

A par desta discussão a respeito das causas desses conflitos, é fundamental analisarmos o quanto eles podem e têm afetado o desenvolvimento do continente africano, e ver até que ponto a União africana tem sido ou não eficiente na resolução dos mesmos.

“Le Matin” (2010), conforme citado por Diallo (2011), destaca que o fogo da guerra atingiu 32 dos 53 países da África. Disto despreende-se que mais da metade dos

países tiveram que se preocupar com investimentos em armamentos pesados e deixar de lado a problemática do desenvolvimento. Igualmente, Saraiva (2008) mostra que os conflitos consumiram entre 1990 e 2005 cerca de US\$ 300 bilhões, ou seja: este problema seria um dos mais importantes causadores da pobreza do continente africano.

Neste sentido, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana é um órgão de suma importância e que outorga a esta entidade a possibilidade de intervenção político-militar, acabando desta maneira com a doutrina da não ingerência da organização continental que continha a sua antecessora, OUA. Desta forma, com a preocupação de se fazer mais presente, a União Africana adotou em 2003 um marco político para o Estabelecimento da Força Africana em Alerta e o Comitê Militar.

O Conselho de Paz e Segurança é um órgão decisivo para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Fazem parte dela 15 Estados-membros que detêm maior capacidade militar. Além de desempenhar as funções acima mencionadas, o Conselho de Paz e Segurança também é encarregado de preparar as ações de intervenções humanitárias da UA nos países em conflito, em campos de refugiados, etc.

Mearsheimer (2000) analisa a incapacidade da União Africana de por fim aos vários dos conflitos vivenciados pelo continente africano, que vive uma gravíssima crise humanitária. A exemplo de Darfur, o autor observa que a União Africana ainda não foi capaz de estabelecer mecanismos capazes ou eficientes que façam promover os direitos básicos e comportamentos estatais aceitáveis.

Para tornar-se efetiva, a União Africana deverá se pautar por uma atuação que tenha impacto na realidade vivenciada no continente. Dentro desta perspectiva, Ribeiro (2007) coloca como indispensável para o órgão a busca por uma estratégia eficaz de prevenção e solução de conflitos, numa instância superior dos mecanismos por ela criados, valendo-se do direito de intervenção para restaurar a paz e a segurança.

A democracia

Como no item anterior, a questão da democracia será analisada em relação ao continente africano como um todo. Consideramos que o Ato Constitutivo da União Africana consagra a vontade dos Chefes de Estado e de Governo da União de promover

e proteger os Direitos do Homem e dos Povos, consolidar as instituições e a cultura Democrática, promover a boa governança e o Estado de Direito. Ao analisarmos assim a questão no âmbito do continente africano no geral, estaremos também nos referindo à União Africana que representa uma totalidade de 53 países.

A questão da democrática tem sido retomada com vigor, pois vem sendo alvo de atenções e estudos por vários segmentos da sociedade que têm se mobilizado em torno dessa ideia, na busca por direitos, por maior participação na vida pública e por justiça social.

O que se observa é que com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, sucederam-se dois processos aparentemente contraditórios. A chamada terceira onda de “democratização” em mais de 30 países africanos coincidiu com a decadência e o colapso do poder centralizado de vários Estados pós-coloniais. Neste novo contexto político africano, a governança e direitos humanos começaram a ocupar um lugar central no discurso hegemônico que legitimou a causalidade entre a democracia e desenvolvimento e expansão da ideologia liberal, o que tem contribuído para diluir os limites da soberania do Estado pós-colonial. Observa-se, neste sentido, que a promoção de um bom governo, a governança democrática e os direitos humanos tornam-se uma estratégia central para completar a liberalização econômica que as instituições financeiras internacionais e os principais doadores sugerem aos países africanos.

Contudo, conforme bem coloca Branco (2006), ainda que tomemos como ponto de partida o final da Guerra Fria, não podemos descartar a influência das centenas de anos de domínio colonial europeu exercido sobre a quase totalidade dos países africanos, especialmente em relação à forma como este aspecto viria influenciar no desenvolvimento e, em última análise, no processo de democratização desses países.

De acordo com este autor, esta influência se faria sentir em dois aspectos. Primeiro, na formação da estrutura econômica; e, segundo, na formação do rompimento de laços culturais, ao aprisionar, por um lado, a diversidade étnica no seio de territórios arbitrariamente definidos, e, por outro lado, ao criar artificialmente as próprias diferenças étnicas.

O autor ainda acrescenta que o fato da colonização em muitos países africanos ter-se dado em função de interesses em torno da exploração dos recursos naturais e das culturas exóticas constitui razão para sua excessiva especialização e progressiva dependência de voláteis mercados externos, cujos efeitos sobre o processo de democratização são bem conhecidos (BRANCO 2006).

Visentini coloca que “após uma breve redemocratização, muitos regimes autoritários estão voltando ao poder na África, ou, pelo menos, antigos ditadores vencem eleições ou reassumem na estreia de conflitos internos, geralmente com apoio popular”(VISENTINI, 2007). Desta forma, pode-se afirmar que a questão democrática na África ainda é muito frágil.

De fato, o continente africano é rico em maus modelos em matéria de democracia. Exemplos passados e presentes demonstram isso, como é o caso de Ruanda, onde a transição para a democracia culminou em genocídio; do Zimbábue; da Guiné Equatorial, onde o presidente se elegeu com quase 100% dos votos; ou mesmo do Quênia, onde o processo eleitoral em 2008 quase levou a país à beira de uma guerra civil. Há também casos mais recentes, como a Líbia, o Egito e Guiné-Bissau.

É por isso que a Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança, no seu preâmbulo, reconhece as contribuições que a União Africana e as Comunidades Econômicas Regionais poderão prestar no que tange à promoção, proteção, reforço e consolidação da democracia e da boa governança. Estas instituições trabalham neste sentido, e estão cientes de que as mudanças anticonstitucionais de governo constituem uma das causas de insegurança, instabilidade, crise e até mesmo de violentos confrontos na África.

Observa-se que as democracias africanas ainda são mescladas com autoritarismo. Ainda não se pode definir seu sucesso ou seu fracasso. Contudo, a União Africana deve estar atenta ao entendimento de que a democracia somente terá a possibilidade de se desenvolver na sua plenitude quando os setores sociais e políticos estiverem ligados aos demais setores, e, em última análise, quando a representatividade estiver associada à limitação dos poderes e à consciência de cidadania.

Certamente seria interessante que os Estados da União Africana passassem a levar em consideração que a democracia é o principal instrumento que os agentes de uma nação possuem para evitar a fome e desastres coletivos.

Desenvolvimento e comércio

Pode-se afirmar que na África as privações estão intimamente relacionadas com a ineficiência de mecanismos econômicos capazes de proporcionar trabalho digno a todos os indivíduos. A possibilidade de crescimento existe, mas não podemos ignorar que velhos problemas ainda sobrevivem no continente, e se somam aos novos desafios. Portanto, a África ainda vivencia graves ameaças à sustentabilidade da vida econômica e social.

Sob este prisma, a União Africana deverá se mostrar capaz de fornecer suporte às diferentes instituições, a exemplo do mercado, governos, partidos políticos e o sistema educacional, ou, até mesmo, buscar favorecer a integração entre o mercado e o Estado, já que ambos mostram ser de fundamental importância em qualquer processo de desenvolvimento e de integração.

Ademais, partindo do pressuposto de que os países não desenvolvidos (como é o caso de vários pertencentes à União Africana) necessitam de políticas estratégicas de desenvolvimento para a superação dessa condição, a integração pode, de acordo com Dathein (2007), ser entendida como uma dessas estratégias, ou como uma forma de viabilizar essas políticas. No entanto, a adoção dessas medidas é difícil para um país isoladamente. Assim, a alternativa poderia ser a adoção de uma estratégia de desenvolvimento a nível regional.

Estimulando o crescimento dos países membros de blocos econômicos, em geral, e da União Africana, em particular, o processo de integração se consolidaria e mostraria potencial de desenvolvimento, o que, por sua vez, conduziria a um aumento de investimento interno e externo, respectivamente (DATHEIN, 2007).

Destarte, Palhares (2004) considera imprescindível o reforço do papel do Estado na África com a implementação do Estado Social, na qual é tem grande importância o desempenho e a participação consciente de atores sociais, ONGs e demais organizações

da sociedade civil. Em suma, existiria a possibilidade de articular a política social com a macroeconômica, dado que ambas se reforçam respectivamente, e ainda investir nas produções do continente e na defesa dos interesses africanos nas instâncias internacionais, para assim promover o desenvolvimento e avançar com a União Africana.

Esta possibilidade de construir países economicamente viáveis a partir de uma entidade maior não é incompatível com a democracia, nem sua concretização depende de regimes autoritários. O crescimento requer um clima econômico propício. O desenvolvimento, como vimos e bem salienta Diallo (2011), é um conceito amplo, tal como o de segurança e ambos têm objetivos que não excludentes, mas sim mutuamente complementares: sem segurança não há desenvolvimento e o contrário também é verdadeiro, como mostra ser o caso de vários países africanos, especialmente da África Subsaariana.

Neste sentido, constata-se que a União Africana percebe a integração como a estrutura necessária para resolver os obstáculos do comércio entre os Estados africanos e assim criar maiores mercados regionais, que podem alcançar economias de escala e manter sistemas de produção e mercados ao mesmo tempo em que reforça a competitividade da África, promovendo, assim, o desenvolvimento (MONTE, 2010).

A abordagem regional tem sido considerada pela União Africana como a melhor ferramenta para o desenvolvimento do continente. Assim com o estabelecimento desta entidade e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), as ações se centram na racionalização do aparelho estatal em busca do desenvolvimento econômico regional, através da identificação de projetos comuns compatíveis com as demandas e as afinidades dos diversos países.

Cabe ressaltar que, na busca pela unidade e por estratégias de desenvolvimento, algumas nações vem estabelecendo uma série de parcerias externas, que o continente temse esforçado em enfrentar coletivamente. Monte (2010) destaca entre essas parcerias externas a entrada de diversos países na Organização Mundial do Comércio (OMC), os acordos com o Caribe e o Pacífico e as ações com a União Europeia, bem como os laços

comerciais já estabelecidos com grandes parceiros, como os Estados Unidos, Brasil, Índia e principalmente a China.

As estruturas vigentes internamente também devem ser analisadas: por um lado, a grande semelhança na estrutura de exportação dos países; por outro, as diferenças nos níveis de renda, industrialização e infraestrutura. Desse modo, a demanda por produtos de alto valor agregado exige importação de outros países fora do continente. Muitos países produzem os mesmos produtos, o que acarreta na preferência em comercializar com países terceiros, em vez do vizinho. Explicam-se, assim, fortes vínculos comerciais com nações externas, especialmente as ex-metrópoles, resultando na baixa percentagem de comércio dentro do próprio bloco.

Soma-se a isso tudo o fato de essas economias apresentarem características semelhantes aos exportadores primários, o que, por sua vez, faz com que estes países se tornem extremamente vulneráveis a crises externas. São economias carentes em indústrias e que, portanto, apresentam grande concentração de produtos primários na pauta de exportação.

Entretanto, se considerarmos que na década de 1970 o total de trocas comerciais entre os países africanos era de apenas 2% de acordo com o Banco Mundial, os valores atuais conforme nos mostra a Tabela 1 apresentam uma evolução crescente nas diferentes blocos:

Tabela 1- Comércio intrarregional na África- 2002/2008 (% das exportações totais)

Blocos/anos	2002	2004	2005	2006	2007	2008
CEDEAO	11,1%	11,7%	11,9%	10,4%	10,8%	12%
UEMAO	12,6%	12%	12%	12,2%	12,4%	14%
CEEAC	13%	n.d	n.d	1,4%	n.d	n.d
CEMAC	13%	n.d	2,0%	4%	n.d	n.d
SADC	12,6%	11%	12%	12,2%	n.d	14%

Fonte: Fernandes (2011, p. 192)

A preocupação da União Africana tem sido no sentido de incrementar os baixos níveis de comércio intra-africano e interno. O mapa atual, com muitas e pequenas

economias, constitui um desafio ao desenvolvimento comercial do continente, conforme se pôde verificar na tabela apresentada acima.

Como bem observa Monte (2010), uma característica notável de integração regional na África pode ser percebida através da participação dos Estados africanos em vários acordos comerciais regionais. Atualmente, dos 53 países, 27 são membros de duas organizações regionais, 18 pertencem a três, um país participa de quatro entidades e só sete países mantiveram participação em apenas um bloco.

A análise da tabela nos permite perceber que a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) possui uma ligeira vantagem sobre o resto do grupo, com exceção da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que se fortaleceu com a entrada da África do Sul.

De acordo com Perspectivas Econômicas na África (2012), na África Ocidental foram reforçados os laços entre a CEDEAO e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). As duas instituições têm um programa comum de liberalização econômica e de convergência de políticas macroeconômicas. Na África Central, a CEEAC e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) estão reforçando os laços mútuos, com o objetivo de harmonizarem os seus programas. A CAO e a COMESA assinaram um memorando de entendimento para impulsionar a harmonização de políticas e programas. A COMESA e a SADC lançaram, igualmente, atividades conjuntas.

Estes aspectos demonstram um esforço conjunto dos líderes da União Africana em acelerar os esforços para remover os obstáculos que ainda criam barreiras à criação de uma área de comércio livre no continente. A Comissão da União Africana e outras organizações têm emitido recomendações para o crescimento do comércio intra-africano e para acelerar a área de livre comércio, objetivos apoiados pela União Africana.

De igual modo, a União Africana, juntamente com estas entidades regionais por ela reconhecidas, está trabalhando a fim de enfrentar os problemas através da eliminação de barreiras comerciais, do reforço da integração econômica, da promoção da livre circulação de pessoas. Além disso, a própria UA, os agrupamentos regionais e os governos nacionais estão tentando melhorar e reforçar os mercados financeiros. Na

escala continental, a União Africana está trabalhando na criação do Banco Africano de Investimento (BAI), do Banco Central (BCA) e do Fundo Monetário Africano (FMA). Ainda de acordo com Perspectivas Econômicas na África (2012), a União Africana lançou o Programa Mínimo de Integração (PMI), onde são definidas áreas prioritárias em relação às quais as comunidades econômicas regionais podem reforçar a cooperação e beneficiar das vantagens comparativas da integração.

De acordo com Fernandes (2011), quando se fala da marginalização e em especial, no caso da África, no comércio internacional, geralmente tal referência diz respeito ao tratamento desigual que o continente recebe no comércio mundial. Neste aspecto, o autor salienta que os países africanos ocupam uma posição de extrema marginalização. Conforme o autor, não se trata, no entanto, de ignorar o benefício que a participação no comércio global acarreta no desenvolvimento dos países.

Nesta ótica, não podemos ignorar o fato de que a África consome o que não produz e produz o que não consome. Assiste-se, desse modo, uma desregulamentação das trocas comerciais e além das restrições ao comércio, existem também grandes debilidades nas questões de cunho ambiental.

Não obstante as dificuldades acima mencionadas, segundo Mourão (1997) não há como negar a existência de potenciais a serem explorados com a expansão do comércio no continente. É o caso da possível triangulação envolvendo os espaços regionais do MERCOSUL, da SADC e da EU, centrada em torno de interesses que sejam reais e complementares dos três potenciais parceiros regionais.

Feitas as reformas políticas e econômicas e criadas as condições que garantam a paz e assegurem a estabilidade necessárias ao investimento, o World Bank prevê que o nível de crescimento para o continente poderá ser duplicado. De acordo com a mesma fonte, economias da África Subsaariana continuarão crescendo a uma média superior a 5% em 2011, com a expectativa de chegar a quase 6% em 2012, devido às intervenções pontuais para estimular a produção em vários países.

Atualmente, a África constitui uma nova fronteira de oportunidades, além de abrigar algumas das economias que mais crescem no mundo. Nas palavras de Ribeiro: “ao voltar suas economias para fora, os países africanos têm como explorar e se

beneficiarem do crescimento e da elevada demanda produzida pelas economias emergentes, particularmente pela China, pela Índia e mesmo pelo Brasil, que oferecem grandes oportunidades para o aumento de suas exportações” (RIBEIRO, 2007 P.10).

A partir desta perspectiva, é interessante analisarmos alguns dados, especialmente em relação ao engajamento da África com os BRICS. Segundo a ICTSD (2012), a taxa de crescimento do comércio dos BRICS com a África ultrapassou aquela do agrupamento com o restante do mundo, bem como a média de crescimento do comércio global. Particularmente no que se refere ao caso de Índia e China, o intercâmbio com a África responde por 2,6% e 2,3% de seu produto interno bruto (PIB), respectivamente. Quanto ao Brasil, esse percentual corresponde a 1,7% e, no que diz respeito à Rússia, a 0,5%. Nesses termos, a África do Sul é o integrante do agrupamento que apresenta o comércio mais intenso com o continente, tendo registrado, em 2010, fluxo comercial superior a 3% de seu PIB (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT – ICTSD, 2012).

O intercâmbio do continente com a África do sul merece um destaque especial pelas características especiais desse país e pelo seu poderio frente aos vizinhos africanos. De acordo com ICTSD (2012), durante a crise financeira, no período 2008-2009, o comércio total entre a África do Sul e a África decresceu 24%, passando de US\$ 21,2 bilhões em 2008 para aproximadamente US\$ 16 bilhões em finais de 2009. Contudo, no ano seguinte, verifica-se uma recuperação de 17% no comércio sul-africano com o continente, que atingiu US\$ 18,8 bilhões. Entretanto, cabe salientar que esse intercâmbio comercial está concentrado em poucos países: Nigéria (35%), Angola (32%) e Moçambique (8%) compõem 75% das importações da África do Sul, enquanto Zimbábue (17%), Moçambique (16%) e Zâmbia (14%) representam aproximadamente 47% das exportações.

Outro parceiro importante para o continente é a China, o maior externo à África. O comércio com os chineses passou de US\$ 3,5 bilhões em 1990 para mais de US\$ 120 bilhões em 2010, o que corresponde a cerca de dois terços do total comercializado pela África com os BRICS.

A partir dos dados acima expostos, podemos constatar que, não obstante o crescimento no comércio da África do Sul com demais países do continente, verifica-se uma concentração deste em poucos países, assim como em produtos primários. O comércio de produtos de maior valor agregado permanece fraco, o que evidencia uma forte dependência do país de *commodities* e o comércio com os países de fora do continente está em franca ascensão. O papel ascendente das economias emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, no comércio com África e no investimento, continuam ganhando força. Tal fato amplia as oportunidades para uma cooperação Sul-Sul mais profunda com vistas a promover a diversificação do mercado africano e do investimento.

Com relação à União Europeia, o comércio com a África está em seu auge, mas o desenvolvimento ainda está em curso. Segundo a imprensa portuguesa, a União Europeia é a maior parceira da África. As relações comerciais entre os dois blocos se intensificou nos últimos anos, de acordo com os mais recentes dados do Departamento de Estatísticas Europeu (Eurostat).

Conforme a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2005), prevê-se um aumento dos fluxos de investimento para o continente, devido ao grande número de projetos anunciados na região, bem como a quantidade expressiva de investidores interessados nos recursos africanos e políticas que favorecem a entrada de IDE no continente. Desse modo, após décadas estagnadas, a economia africana passa a dar sinais de recuperação. Tem-se observado não apenas uma aceleração do crescimento econômico, como também novas oportunidades de comércio e investimento.

No entanto, é preciso tomar cuidado para que essas oportunidades sejam transformadas em benefícios. Neste sentido, segundo ICTSD (2012), os países africanos podem, por exemplo, adicionar aos projetos de infraestrutura termos e condições ligadas a áreas de maior necessidade e urgência. Do mesmo modo, faz-se necessária uma abordagem ativa, que permita o desenvolvimento de estratégias de cooperação que vão ao encontro dos objetivos de desenvolvimento regional e nacional.

É preciso reconhecer, até o presente momento, o esforço louvável promovido pelos Estados africanos na promoção de reformas e nível econômico e político, na busca por uma inserção mais dinâmica no sistema internacional. A África deve nas palavras de Palhares, “se convencer que é possível realizar obras concretas com recursos e ideias inovadoras”. Apesar dos desafios, é possível a construção de um futuro melhor (PALHARES 2004).

A União Africana deve continuar mostrando sua capacidade latente para prosperar. A diversidade cultural, a riqueza dos recursos naturais, a extensão e variedade do território de 30 milhões de km², o potencial humano de cerca de um bilhão de habitantes (dos quais 60% com menos de 25 anos), a boa governança como uma exigência e um mercado com oportunidades enormes de expansão são trunfos dessa caminhada. A União Africana aposta nessa direção: seu objetivo principal visa, precisamente, à promoção do desenvolvimento e da integração do continente.

Sendo assim, pode-se dizer que a União Africana acredita que os países do continente possam se transformar, majoritariamente, em países de rendimento médio nos próximos anos, investindo estrategicamente nos seus recursos naturais, face à demanda concorrencial mundial dos mesmos, acelerando a industrialização, integrando o comércio mundial com mais valia e desenvolvendo os fatores de competitividade em todos os domínios.

É certo que a África tem pela frente numerosos desafios, mas estes, se geridos estrategicamente, poderão ser transformados em oportunidades. A União Africana pode, neste contexto, ter um papel de mais relevância na elaboração de uma agenda continental que seja simultaneamente coerente com o processo de desenvolvimento africano e inclusiva de todos os interesses das nações africanas.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo analisar o processo de integração da União Africana, com a tentativa de identificar os principais desafios e as possíveis oportunidades desta entidade.

A partir desta análise, pudemos constatar que a criação da União africana em substituição à antiga Organização de Unidade Africana, se dá não somente com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora, mas também se traduz numa vontade política dos dirigentes africanos na busca por uma maior e melhor inserção do continente africano no panorama mundial.

Ao analisarmos a União Africana como condição primordial para a avaliação dos êxitos e das dificuldades resultantes do processo de integração dos países do continente no contexto global, entendeu-se que a organização em consideração desempenha um papel importante na adoção e definição de medidas e prioridades concretas para a inserção de projetos nacionais a nível continental.

Verificamos em grande medida que se torna fundamental a criação de um ambiente econômico mais favorável nos países que compõem a União Africana, sobretudo na África Subsaariana, onde os resultados econômicos são mais ínfimos, em virtude dos conflitos que assolam parte desta região, criando um ambiente econômico desfavorável ao investimento.

Não obstante as dificuldades, alguns dados analisados apontam para uma melhora no desempenho econômico no início do novo milênio. Ainda que este crescimento não tenha se dado de forma equitativa e esteja aquém daquilo que realmente se esperava, um número cada vez mais significativo de países tem entrado para o curso do crescimento. Neste aspecto, a África Subsaariana merece especial atenção por parte da União Africana, que não deverá medir esforços para por fim aos conflitos e criar as condições adequadas para o investimento, criando condições que garantam a paz, a segurança e a estabilidade necessárias ao investimento.

Portanto, cabe à União Africana atuar de forma mais firme e coerente nos aspectos políticos, econômicos e sociais do continente, buscando sempre fortalecê-los. Neste sentido, vimos que a África tem a possibilidade de promover um crescimento maior, motivado pelo processo de globalização, e adquirir vantagens da maior demanda de países emergentes como a China, Índia e Brasil.

Fica claro que, devido a diversidades culturais existentes na África, a atuação da União Africana pode ser considerada muito complexa, inclusive para a construção de

uma identidade supranacional. Contudo, para não cometer os mesmos erros que sua antecessora e realmente alcançar os objetivos para qual foi criada, deverá pautar sua atuação de uma forma firme e coerente nos aspectos negativos que afligem o continente.

Em suma, considera-se que a União Africana tem um longo caminho a percorrer no que se refere à construção de uma entidade como organização e, em seguida, na busca por um maior desenvolvimento econômico, político e social. Entretanto, é preciso acreditar que o continente tem potencial para isso e levar adiante medidas que façam prevalecer suas prioridades.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Carlos Manuel Martins (2006), **Etnicidade e Violência Étnica: As Diferentes Abordagens Teóricas e a sua Utilidade na Gestão de Conflitos**, Revista Militar. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=158>. Acesso em: 5 de outubro de 2012.

BADIR, Mbuyi k. África en La globalización neoliberal: las alternativas africanas. Revista THEOMAI. **Estudios sobre sociedad y desarrollo**, Buenos Aires, n. 17. ° semestre, 2008.

BANCO MUNDIAL. Integração regional em África. Notas de antecedentes para reunião de consultas sobre integração regional, 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTAFRREGINICOO/Fresources/RID_2007_port.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2012.

CHANG, Há-Joon. **Kicking Away the Ladder: development strategy in historical Perspective**. London: Anthem Press, 2002.

COMUNIDADE ECONOMICA AFRICANA (CEA), **Relatório Económico sobre a África**, 2006.

DATHEIN, Ricardo. **Integração Econômica e políticas de Desenvolvimento: experiência e perspectivas para América Latina**. UFRGS, 2007.

DIALLO, Mamadou A. **Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-guerra Fria.** *Videre*, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 43-61, jan-jun.2011.

DOPCKE, Wolfgang. **Sai a Organização da Unidade Africana- entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano.** *RERIDIANO* 47 N.28/29, 2002.

ESPADA, Valéria M. G. **União Africana: um estudo sobre a mediação de conflitos,** 2009.

EUROSTAT. *Africa-EU: Economic indicators, trade and investment.* European Union, 2012.

FERREIRA, Muniz. **A África contemporânea: dilemas e possibilidades,** 2008. 12f.

FERNANDES, Lito Nunes. **Economia Política de Integração da África Ocidental: A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como Estratégia para o Desenvolvimento Regional.** Tese (Ciências Econômicas). Programa de doutorado em Economia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

INTERNATIONAL CENTRE OF TRADE SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). **Um engajamento da África com os BRICS,** 2012. Disponível em <www.ctsd.org/i/news/pontes/145829/>. Acesso em: 15 de out. 2012.

LUNARDON, Jonas. **Conflitos contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais.** Porto Alegre, 2010.

LE MATIN. Disponível em: <http://www.lematindelafrique.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3690%3Aneocolonialisme-lafrique-en-a-marre-detre-tutelle&Itemid=97>. Acesso em: 18 de outubro 2012.

MEARSHEIMER, John. “The False Promise of International Institutions” In: BROWN, Michael; et al. **Theories for ward Pace.** Cambridge (Mass.), MIT Press, 2000.

MONTE, J. Bosco. **Integração Regional da África: a saída para o desenvolvimento.** Mundorana, 2010.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. “A política externa brasileira e sul-africana para a África Austral.” In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização.** Brasília: CNPq/IPRI, 1997.

MSHOMBA, Richard.E. **Africa in the Global Economy**, 2000, Lynne Rienner Publishers. (A Choice Magazine Outstanding Academic Book).

NÓBREGA, Álvaro. **A democracia em África**. JANUS, 2010.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista *FAE*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 37-48, maio/ agosto 2007.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. **União Africana: possibilidades e desafios**, 2007.

PALHARES, Paulo. S. **Comércio e desenvolvimento em África**, 2004.

PORTEOUS, Tom. **Afrique: conflits et développement**, 2003. p. 307-350. In: *Politique étrangère*; no 2.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna**. Um continente em mudança (1660-2010). Porto alegre: Leitura XXI, 2010.

_____. Paulo Fagundes; Ribeiro Luiz Dario; PERREIRA, Ana Lucia Danilevicz. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** São Paulo: Atual, 2008.

UNECA. **Rationalizing Regional Economic Communities**: ARIA II. Economics Commission for Africa, AdisAbeba, 2006. Disponível em: <[http://www.uneca.org/aria2/front_matter, pdf](http://www.uneca.org/aria2/front_matter.pdf)>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

UNIÃO AFRICANA. Relatório de estudo de viabilidade sobre a criação da bolsa pan-africana de valores, 2008. Disponível em: <<http://au.int/en/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

Artigo recebido dia 25 de março de 2013. Aprovado em 25 de outubro de 2013.

RESUMO

Este artigo procura analisar os desafios e as oportunidades da União Africana (UA). Para tanto, tenta-se demonstrar que a sua criação se insere dentro de uma estratégia maior em busca do desenvolvimento. Neste sentido, a organização teria sido criada com o intuito não só de inserir a África no panorama econômico mundial, preenchendo o legado negativo deixado pela antiga antecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA), mas também para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo continente negro, os quais foram agravados pelo fenômeno da globalização. Levando em consideração esses fatos, o objetivo do trabalho é, portanto, à luz dos desafios e das oportunidades vivenciadas pelo continente, analisar em que medida a União Africana tem sido capaz de fazer frente aos problemas de seus Estados-membros.

PALAVRAS-CHAVE

União Africana; Integração; Desafios; Oportunidades.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the challenges and opportunities of the African Union, showing that its creation falls within a larger search strategy for development. In this regard, the African Union would have been created with not only the intention of setting Africa in the world's economic scenery - filling the negative legacy by its predecessor, the Organization of African Unity - but as well with the intention of solving social, political and economic issues faced by the black continent, issues which have grown due to globalization phenomenon. Considering these facts, the purpose of this paper is therefore to examine, under the light of challenges and opportunities faced by the African continent, how the African Union has been able to fight the social, political and economic problems of its Member States since its foundation.

KEYWORDS

African Union; Integration; Challenges; Opportunities;